



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTABILIDADE GERENCIAL: FERRAMENTA DE AUXÍLIO
NA TOMADA DE DECISÕES EM MPE'S**

ROMEU DE ANDRADE ROMÃO

**MONTEIRO – PB
DEZEMBRO/2013**

ROMEU DE ANDRADE ROMÃO

**CONTABILIDADE GERENCIAL: FERRAMENTA DE AUXÍLIO
NA TOMADA DE DECISÕES EM MPE'S**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Msc. Cristiane Gomes da Silva

**MONTEIRO – PB
DEZEMBRO/2013**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R753c Romão, Romeu de Andrade.

Contabilidade gerencial [manuscrito] : ferramenta de auxílio na tomada de decisões em MPE's / Romeu de Andrade Romão. - 2013.
40 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2013.

"Orientação: Profa. Ma. Cristiane Gomes da Silva, Departamento de Ciências Contábeis".

1.Contabilidade gerencial.2. Micro e pequenas empresas.3. Informação contábil. I. Título.

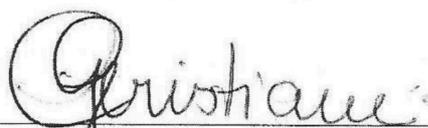
21. ed. CDD 657

ROMEU DE ANDRADE ROMÃO

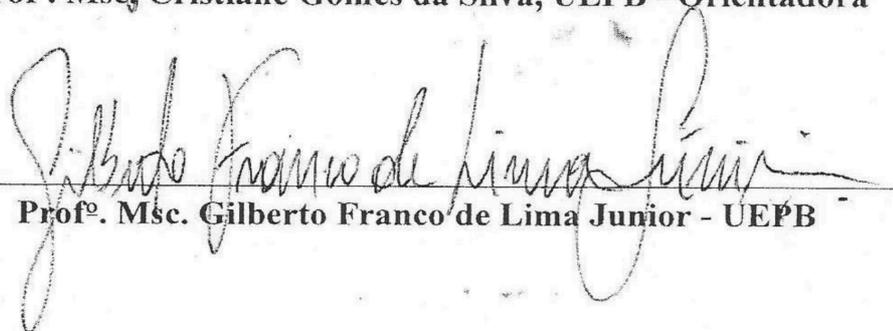
**CONTABILIDADE GERENCIAL: FERRAMENTA DE AUXÍLIO
NA TOMADA DE DECISÕES EM MPE'S**

Aprovado em 18 de Dezembro de 2013

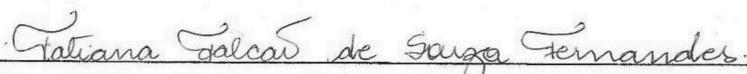
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.ª. Msc. Cristiane Gomes da Silva, UEPB - Orientadora



Prof.º. Msc. Gilberto Franco de Lima Junior - UEPB



Prof.ª. Msc. Tatiana Falcão de Souza Fernandes - UEPB

Dedico todo este trabalho a Jesus Cristo,
nosso Deus, como espírito mais evoluído
que já esteve em corpo na terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta conquista em minha vida, de muitas que ainda estão porvir.

A Professora Mestre Cristine Gomes da Silva, que foi minha orientadora. Sem a sua grande ajuda, não poderia ter realizado este trabalho. A você, professora, minha inteira gratidão.

Agradeço também a uma pessoa que é o pilar da minha vida, que é o meu porto seguro, meu refúgio, minha Fortaleza. Os meus dias seriam muito difíceis sem ela ao meu lado, um anjo que Jesus colocou em minha vida – minha mãe Maria Irinete de Andrade Romão.

Aos meus amigos que respeitaram os meus momentos de ausência, a todos do *Campus VI* que contribuíram de forma direta ou indireta na minha formação acadêmica.

RESUMO

As micro e pequenas empresas (MPEs), são um dos principais ramos de sustentação da economia brasileira, quer pela sua capacidade geradora de empregos, quer pelo seu número de estabelecimentos presentes em todo território nacional, estão presentes em vários segmentos, em empresas familiares ou em pequenas parcerias. A gestão dos negócios das MPE'S é um desafio para os empresários, dados revelam que 68% encerram suas atividades por questões gerenciais considerando-se com um dos principais motivo para falência. Diante este contexto, a presente pesquisa teve como objetivo principal evidenciar o alto poder informacional da contabilidade gerencial como ferramenta de auxílio na tomada de decisões em MPE'S. A metodologia utilizada quanto aos meios para se alcançar os objetivos propostos, o estudo se desenvolveu a através de uma pesquisa bibliográfica. Quanto aos objetivos, a caracteriza-se como descritiva e como método de abordagem do problema foi o qualitativo. Ao final do trabalho pôde-se perceber que a contabilidade gerencial é das mais importantes ferramentas de auxílio à tomada de decisões, proporcionando um maior número possível de informações que atendem às necessidades dos seus administradores e demais usuários. Percebe-se ainda como uma ferramenta indispensável a qualquer tipo de negócio, um suporte sobre o qual se apoiará o micro e pequeno empresário em suas decisões gerenciais.

Palavras chave: Contabilidade Gerencial. Micro e pequenas empresas. Informação contábil.

ABSTRACT

Micro and small enterprises (MSEs) are one of the main line of support of the Brazilian economy, whether by its enormous capacity to generate jobs, either by its number of stores in nationwide. They are a strong market reality are present in multiple segments, in family businesses or small partnerships. The management of the business of MSE's is a big problem for business owners, information reveal that 68% end their activities by managerial fault as the main reason for failure. Given this context, the present study aimed to demonstrate the high informational power of management accounting as a tool to aid decision-making in MSE's. The methodology used as the means to achieve the proposed objectives, the research was developed through a literature search. As to the objectives, the study was regarded as descriptive and as a method of approach to the problem was the qualitative. At the end of the work could be perceived that management accounting is the most important tools to aid decision making by providing a greater amount of information that meet the needs of their managers and other users. Still perceived as an indispensable tool for any type of business, a stand on which to support the micro and small business in their management decisions.

Keywords: Management Accounting. Micro and small enterprises. accounting information.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 Classificação de MPE pela receita bruta- Receita Federal do Brasil..... | 31 |
| Tabela 2 Classificação das Empresas segundo o critério do número de funcionários..... | 32 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|----------|---|
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CCB | Código Civil Brasileiro |
| CEBRAE | Centro Brasileiro de Assistência Gerencial á Pequenas Empresas |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| EPP | Empresa de Pequeno Porte |
| FIPECAFI | Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis Atuarias e Financeiras |
| CAGED | Cadastro Nacional de Empregado e Desempregado |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ITG | Interpretação Técnica Geral |
| LC | Lei Complementar |
| ME | Micro Empresa |
| MPE | Micro e Pequena Empresa |
| NBC | Norma Brasileira de Contabilidade |
| PB | Paraíba |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| RFB | Receita Federal do Brasil |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 Problematização | 13 |
| 1.2 Objetivos..... | 14 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 14 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 14 |
| 1.3 Justificativa..... | 14 |
| 1.4 Estrutura do Trabalho | 16 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 17 |
| 2.1 Contabilidade Gerencial | 17 |
| 2.1.1 Orçamento | 18 |
| 2.1.2 Fluxo de Caixa..... | 19 |
| 2.1.3 Técnicas de Análise de investimento..... | 21 |
| 2.1.4 Planejamento Tributário | 21 |
| 2.1.5 Controle de Estoque | 21 |
| 2.1.6 Controle de Contas a Pagar | 22 |
| 2.1.7 Controle de Contas a Receber | 22 |
| 2.1.8 Controle de Bens do Ativo Imobilizado..... | 23 |
| 2.2 Sistema de Informação Contábil..... | 23 |
| 2.2.1 Subsistema Institucional | 24 |
| 2.2.2 Subsistema de Gestão | 24 |
| 2.2.3 Subsistema Formal | 24 |
| 2.2.4 Subsistema Social:..... | 25 |
| 2.2.5 Subsistema de Informação..... | 25 |
| 2.2.6 Subsistema Físico-Operacional | 25 |
| 2.3 Informação Contábil..... | 26 |
| 2.4 Aspectos Legais das Micros e Pequenas Empresas..... | 28 |
| 2.5 Classificação das Micro e Pequenas Empresas | 30 |
| 2.5.1 Sob a ótica da Receita Federal do Brasil (RFB)..... | 31 |
| 2.5.2 Sob a ótica do SEBRAE | 32 |
| 2.6 Contabilidade Aplicada a MPE'S..... | 33 |
| 3 METODOLOGIA..... | 36 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 37 |

| | |
|-------------------------------|-----------|
| REFERÊNCIAS | 39 |
| SITES PESQUISADOS..... | 40 |

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto empresarial, a contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho, dando diretrizes para a correta tomada de decisões (MARION, 2009). É um instrumento de comunicação primordial para o desenvolvimento de qualquer entidade.

É através dessa linguagem que se pode extrair as mais corretas e completas informações contábeis. O ponto forte da informação contábil é a correta mensuração econômica de suas transações. Com isso, a contabilidade consegue reunir e interpretar as transações da empresa sob uma única ótica, que é o valor econômico (PADOVEZE, 2009).

A quantidade de dados e informações a que as organizações estão expostas diariamente demanda um gerenciamento eficaz (BEUREN, 2000), sendo esse aspecto parte integrante do processo decisório dos dirigentes e gestores dentro das organizações.

Nesse contexto destaca-se um segmento empresarial importante para a economia, as micro e pequenas empresas (MPEs), pois são um dos principais ramos de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo seu número de estabelecimentos presentes em todo território nacional. Em termos estatísticos, esse segmento empresarial representa 20% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando 14 milhões de empregos, ou seja, 67% do emprego formal no país, e constitui 98% dos 5,1 milhões de estabelecimentos formais existentes, segundo dados do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2006).

Vale salientar que a importância das empresas desse tipo é ainda maior nas regiões mais carentes, do ponto de vista econômico, em razão da existência de pouquíssimas ou nenhuma empresa de grande porte (SILVA, 2010).

Para muitos empresários desse porte de empresas percebem a contabilidade apenas como um instrumento meramente fiscal e tributário, tendo unicamente o intuito de prestação de contas governamental, que não necessita de planos, estratégias, de um planejamento arrojado que traga estrutura confiável e sólida de seus negócios de maneira a garantir a sobrevivência e continuidade de suas atividades.

Segundo dados do Anuário do Trabalho (SEBRAE, 2008), evidencia que um grande percentual de MPE'S encerram suas atividades nos cinco primeiros anos de vida. Um dos fatores que contribui para a mortalidade dessas empresas é que os proprietários em sua maioria não utilizam a contabilidade como ferramenta de administração do negócio. Esse fato está ligado muitas vezes a escassez de recursos financeiros para contratar assessoria específica e é um dos fatores que contribui para isso (MARION, 2005).

Nesse sentido, a gestão dos negócios das MPE'S é um grande problema para os empresários, pois segundo esta mesma pesquisa, das empresas que encerram suas atividades 68% apontam falha gerencial como motivo principal para falência.

Diante este contexto, a contabilidade gerencial surge como uma ferramenta indispensável a qualquer tipo de negócio, um suporte sobre o qual se apoiará o micro e pequeno empresário em suas decisões gerenciais. Nesse sentido, pode-se perceber que o processo de gestão das organizações deve ser suportado por um sistema de informações no âmbito do qual a informação contábil desempenha papel relevante, e é esse sistema de informações que deve suportar o processo decisório dos gestores das organizações. Segundo Mosimann e Fisch (2009) vêm nesse aspecto evidenciar que, no âmbito gerencial, o sistema de informação contábil deve habilitar a otimização de recurso que, sob o controle de um responsável, possa confrontar o real com o esperado.

É nessa perspectiva que Iudícibus (2009, p. 3) afirma que a contabilidade repousa num “arquivo básico de informação contábil” o qual poderá ser utilizado de forma flexível por vários usuários, cada um com ênfase diferente, neste ou naquele tipo de informação.

1.1 Problematização

Segundo Santos (2001) as informações da contabilidade gerencial devem ser elaboradas de forma que contenham dados a serem usados pelos administradores da empresa em planejamento de operações ou em tomada de decisão.

Nesse aspecto, segundo Iudícibus (1994, p.26), “a contabilidade assume seu papel principal, ou seja, o de apoiar o gestor em suas decisões, e dar maior segurança aos seus julgamentos”. Nesse sentido, o presente estudo busca responder o seguinte

problema: **Como a contabilidade gerencial pode auxiliar as MPE'S em tomada de decisões?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Evidenciar o alto poder informacional da contabilidade gerencial como ferramenta de auxílio na tomada de decisões em MPE'S.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a importância da contabilidade gerencial para MPE'S;
- Demonstrar as ferramentas utilizadas no processo de gerenciamento;
- Destacar o sistema de informação contábil no contexto organizacional;
- Descrever os aspectos legais e conceituais das MPE's;

1.3 Justificativa

A presente pesquisa justifica-se no fato de que as micro e pequenas empresas (MPes) representam um dos principais segmentos para a economia brasileira.

Segundo levantamento de dados realizado pelo (SEBRAE – SP, 2012), o Brasil poderá chegar em 2015 com 8,8 milhões de micro e pequenas empresas (MPes), representando um aumento de 76% ao número existente hoje. Ainda de acordo com o mesmo órgão, das 8,8 milhões de empresas que existirão em 2015, mais da metade esteja concentrada em no setor de comércio (55%), em todo país, seguido pelos serviços (34%), e indústria (11%).

As micro e pequenas empresas são uma realidade no mercado, estão presentes em vários segmentos, gerando empregos e renda, sejam em empresas familiares ou em pequenas parcerias.

Nesse sentido, a utilização da contabilidade gerencial nesse segmento, tem se tornado cada vez mais importante para auxiliar o direcionamento da tomada de decisão e conhecimento da situação da econômico-financeira da empresa em qualquer atividade de mercado e porte, porque mensurar apenas lucro ou prejuízo já não garante mais a permanência de um negócio. Gestores e administradores estão sempre tomando decisões, importantes para dar vida longa e sucesso ao empreendimento, por isso, há necessidade de dados, de comunicação, artifícios que contribuam para uma decisão que garanta a continuidade e sobrevivências de seus negócios.

De acordo com IBGE, desde 2003 a renda per capita da região Nordeste cresce em média 7,3% ao ano dois pontos percentuais acima do índice nacional. Em 2008 a Região Nordeste se tornou o segundo maior mercado consumidor do Brasil, uma posição ocupada pela região sul até então.

Em 2010, o Banco do Nordeste ofereceu 4,6 bilhões de reais em empréstimos para planos de expansão e compras de máquinas por parte de pequenas e médias empresas (revista Exame Pequenas e Médias Empresas janeiro de 2011 p 49). Diante estas informações, percebe-se a importância das MPE'S para o mercado com um todo, apresenta um elevado percentual de participação na economia do Brasil, não só pelos serviços prestados mas também pela geração de emprego e renda, fazendo com que circule dentro de uma região ou cidade um grande fluxo de capital movimentando a economia brasileira.

Em função desse crescimento, é de extrema importância que esse segmento, tenha atenção com as legislações vigentes e o adequado direcionamento de suas atividades. Surge, assim, a necessidade de um ambiente de controle cada vez mais eficiente, eficaz e seguro, de forma a minimizar os riscos advindos no desempenho de suas atividades como um todo.

Os desafios cada vez maiores enfrentados por este segmento, em razão da evolução acelerada da tecnologia e dos mecanismos de efetivação dos negócios, têm exigido um nível de competência e de adaptação cada vez maiores por parte dos profissionais envolvidos.

Em se tratando especificamente do estado da Paraíba, o SEBRAE 2013 evidencia a força dos pequenos e médios empreendimentos para o desenvolvimento econômico do Estado, é evidente em números claros e objetivos, representam 99% das empresas formais do estado, empregam quase 60% da mão de obra do setor privado,

representam 50% da massa salarial paraibana e somam quase 90 mil empresários optantes do simples nacional.

Quanto à geração de empregos, os pequenos negócios paraibanos têm criado mais vagas que as médias e grandes empresas. De janeiro a agosto deste ano, as MPE'S foram responsáveis por 4,6 mil novas vagas de trabalho na Paraíba, segundo o cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A cidade de Monteiro que fica a 319 quilômetros de João Pessoa, está localizada na Microrregião do Cariri Ocidental, de acordo com a secretaria do estado da receita da Paraíba o município apresenta 352 micro e pequenas empresas (MPEs).

A despeito dessa importância, o número de trabalhos científicos desenvolvidos na área ainda é muito pequeno. Convém notar que as micro e pequenas empresas ainda sofrem com a falta de pesquisa da parte da área contábil, acarretando deficiências estruturais de planejamento e avaliações. Essas deficiências podem ter por consequência, entre outros aspectos, a fragilidade na sustentabilidade de suas ações ou até a sua descontinuidade.

Dessa forma, espera-se apresentar informações que venham a contribuir para o crescimento do setor em estudo na cidade de Monteiro - PB, no que se refere ao uso da informação contábil no auxílio para a tomada de decisões.

1.4 Estrutura do Trabalho

Este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo encontra-se a introdução, onde é enfatizada a contextualização e problematização sobre o tema, seguido pelo objetivo geral e os específicos, e a justificativa do trabalho. No segundo, é evidenciado o referencial teórico, que teve por objetivo, caracterizar a Contabilidade Gerencial; Sistema de informação contábil; Informação contábil; Aspectos legais das MPE'S; Classificação das MPE'S e Contabilidade aplicada em Micro e Pequenas Empresas. No capítulo seguinte descreve-se a metodologia da pesquisa, evidenciando as etapas e as premissas utilizadas, para que os objetivos desde estudo fossem atingidos. Por fim, há as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Gerencial

Segundo Marion (2008, p. 23), a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Nesse aspecto, segundo Iudícibus (1994, p.26), “a contabilidade assume seu papel principal, ou seja, o de apoiar o gestor em suas decisões, e dar maior segurança aos seus julgamentos”.

Diante este contexto, inseri-se a contabilidade gerencial como uma das mais importantes ferramentas de auxílio à tomada de decisões, proporcionando um maior número possível de informações que atendem às necessidades dos seus administradores e demais usuários.

A contabilidade gerencial é considerada um ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas no auxílio de suas funções gerenciais, voltadas à melhor utilização de recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuando por um sistema de informação gerencial. (CREPALDI, 2007).

De acordo com Atkinson *et al* (2000, p. 37), contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos da empresa. Um exemplo de informação gerencial contábil é o relatório de despesas de uma seção operacional, tal como seção de padaria em uma mercearia. Outros exemplos são os cálculos de custo de produzir um bem, prestar um serviço, desempenhar uma atividade e um processo comercial, e atender a um cliente. A informação gerencial contábil é uma das fontes informacionais primárias para a tomada de decisão e controle nas empresas. Sistemas gerenciais contábeis produzem informações que ajudam funcionários, gerentes e executivos a tomar melhores decisões e a aperfeiçoar os processos e desempenhos de suas empresas.

De acordo com Pizzolato (2004, p.195) “a contabilidade Gerencial está voltada para informação contábil que pode ser útil á administração, de forma adequada para assessorar no processo decisório”.

Segundo Santos (2001) As informações da contabilidade gerencial incluem dados históricos e estimados usados pela administração na condução de operações diárias no planejamento de operações futuras e no desenvolvimento de estratégias de negócios integrados. As características da contabilidade gerencial são influenciadas pelas variadas necessidades da administração. Os relatórios da contabilidade gerencial fornecem medidas objetivas de operações passadas e estimadas, subjetivas de futuras decisões. O uso de estimativas subjetivas nesses relatórios auxilia a administração a responder ás oportunidades de negócios. A contabilidade gerencial fornece a informação clara, precisa e objetiva para a tomada de decisão.

Os relatórios contábeis demonstram aos seus usuários de uma forma simples, clara e objetiva a situação no qual a empresa se encontra, estes podem ser preparados periodicamente, junto com outros setores da empresa, como o setor financeiro, o setor de orçamento e planejamento e econômico.

Marion (2008, p. 39) afirma que relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Objetiva relatar as pessoas que se utilizam da contabilidade (usuários da contabilidade os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período).

Nesse sentido, os relatórios gerenciais têm uma grande função que é de manter o planejamento e o controle através deste gerenciamento inicial que poderá passar informações específicas para cada tipo de usuário. Para poder ter estas informações o sistema contábil gerencial faz uso de ferramentas que são utilizadas pelas empresas no seu gerenciamento são elas:

2.1.1 Orçamento

É um plano de elaboração de como a empresa vai agir durante determinado período, quais são suas projeções, onde serão colocadas as metas para serem atingidas é uma conjectura, presunção econômica financeiro da empresa sobre seu capital.

Garrison, Noreen e Brewer (2007, p. 314) colocam que:

Um orçamento é um plano detalhado de aquisição e uso de recursos financeiros e de outros tipos durante um período determinado. Representa um plano para o futuro, expresso em termos quantitativos formais. O ato de preparação de um orçamento é chamado de elaboração de orçamentos. E um resumo dos planos de uma empresa, no qual são fixadas metas específicas de atividades de venda, produção, distribuição e financiamento.

Ainda na visão do mesmo autor acima citado, as empresas extraem muitos benefícios de um programa de elaboração de orçamento. Esses benefícios incluem:

- Os orçamentos comunicam os planos da administração a toda a organização.
- Os orçamentos forçam os administradores a refletir sobre o futuro e planejá-lo. Se não fosse necessário elaborar um orçamento, muitos administradores gastariam todo o seu tempo lidando com emergências diárias.
- O processo de elaboração de orçamentos proporciona um instrumento de alocação de recursos às partes da organização de recursos às partes da organização nas quais podem ser usados mais eficazmente.
- O processo de elaboração de orçamento ajuda a identificar possíveis pontos de estrangulamento antes de ocorrerem.
- Os orçamentos coordenam as atividades da organização inteira, integrando os planos de suas várias partes. A elaboração de orçamentos ajuda a garantir que todos os membros da organização estão fazendo esforço na mesma direção.
- Os orçamentos definem metas e objetivos que podem atuar como padrões de referências para a avaliação de desempenho subsequente.

2.1.2 Fluxo de Caixa

Pizzolato (1997, p. 121) define-se como fluxo de caixa todas as entradas e saídas de dinheiro de uma entidade, que através dele a empresa irá verificar de que forma estão acontecendo os pagamentos e recebimentos, poderá verificar se a possibilidades para investimentos se tem condições para alongar o prazo de créditos para clientes a flexibilidade financeira da empresa.

É um instrumento de controle que tem por objetivo auxiliar o empresário a tomar decisões sobre a situação financeira da empresa. Consiste em um relatório gerencial que

informa toda a movimentação de dinheiro (entradas e saídas), sempre considerando um período determinado, que pode ser uma semana um mês etc. (SEBRAE 2009).

Fipecafi (2008, p. 440) o fluxo de caixa prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, podem permitir que outros credores e outros usuários avaliem:

- A capacidade de a empresa gerar futuros fluxos de líquidos positivos de caixa;
- A capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
- A liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa;
- A taxa de conversão de lucro em caixa;
- A performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
- O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
- Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento.

Marion (2008, p. 273), o fluxo de caixa representa dinheiro á disposição da empresa. Esse item pode incluir, também, “cheques em mãos”, não depositados ainda, porém recebíveis imediatamente. O controle de caixa pode ser feito de duas formas:

- **Fundo Fixo:** Uma quantia prefixada é fornecida ao responsável pelo fundo. Este por sua vez, paga pequenas despesas ou pequenas aquisições. Periodicamente, há a prestação de contas, na qual o responsável pelo fundo apresenta a relação dos pagamentos (com comprovantes) e é reembolsado, por cheque, no momento dos desembolsos, voltando o fundo a ficar com a quantia fixada inicialmente. Esse processo se repete sucessivamente. Fundo Fixo também é conhecido como Caixa Pequeno.
- **Caixa Flutuante:** o Caixa é movimentado por todas as entradas e saídas de dinheiro, isto é, passa por todos os recebimentos e pagamentos da empresa. Em algumas empresas, por todos os recebimentos e pagamentos da empresa. Em algumas empresas por determinação da auditoria é exigido do lançamento dos cheques recebidos como entrada no caixa (nesse caso, os pagamentos em

cheques figuram também como saídas do caixa). A conferência do controle é feita por contagem do numerário que deve coincidir com o saldo contábil.

2.1.3 Técnicas de Análise de investimento

É a forma e verificar como estão ocorrendo os investimentos feitos pela empresa.

Marion (2009, p. 152), investimento é toda aplicação realizada pela empresa com objetivo de obter lucro (retorno). As aplicações estão evidentes no ativo. Assim, temos as aplicações em disponíveis, estoques, imobilizados, investimentos etc. A combinação de todas essas aplicações proporciona resultados para a empresa: lucro ou prejuízo.

2.1.4 Planejamento Tributário

Planejamento tributário é uma atividade preventiva visa identificar e simular os efeitos dos atos tributáveis com o intuito de diminuir o valor dos fatos tributáveis e impostos de forma legal, “é a saúde para o bolso, pois representa maior capitalização do negócio, possibilidade de menores preços e ainda facilita a geração de novos empregos, pois os recursos economizados poderão possibilitar novos investimentos”. (ZANLUCA 2007).

2.1.5 Controle de Estoque

O estoque é uma área de maior importância para qualquer empresa seja ela grande, média ou pequena. E onde toda a fonte de recurso financeiro da empresa tem início todo o ciclo. É através do controle do estoque que o administrador poderá fazer previsões de quanto e quando comprar, analisar o fluxo de vendas de seus produtos, o giro de mercadorias, entre outras informações relevantes, garantindo assim, o uso eficiente dos meios internos da empresa, e minimizando as necessidades de capital investido em estoque”. (DIAS, 1995).

2.1.6 Controle de Contas a Pagar

O Controle de contas a pagar é basicamente as obrigações da empresa com terceiros, através de compra de mercadorias ou prestação de serviços, que possibilita ao empresário uma constante informação sobre estes tais elementos:

- Identificar todas as obrigações a pagar;
- Priorizar os pagamentos, na hipótese de dificuldades financeiras;
- Verificar as obrigações contratadas e não pagas;
- Não permitir a perda de prazos, de forma a conseguir descontos;
- Não permitir a perda de prazo, para não implicar no pagamento de multa e juros;
- Fornecer informações para elaboração de fluxo de caixa;
- Conciliação com saldos contábeis.

Fipecafi (2008, p.270), são registradas nessa conta as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, honorários profissionais de terceiros, alugueis, e todas as outras contas a pagar.

2.1.7 Controle de Contas a Receber

O controle de contas a receber são receitas da empresa por realização de suas venda ou prestação de serviços, de onde ela poderá honrar todas suas despesas e obter lucro. O administrador empresário terá que conhecer todas as fontes de receitas que a empresas tem e se seus clientes estão pagando nas datas pré-estabelecidas. Mas para que estas vendas ocorram com segurança, devem ser estudados maneiras de análise de créditos aos clientes, para não acarretar um número muito elevado de inadimplência, para empresa, pois no futuro poderá ter dificuldades financeiras

Fipecafi (2008, p.79) as contas a receber representam, normalmente um dos mais importantes ativos das empresas em geral. São valores a receber decorrentes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes, ou oriundos de outras transações.

2.1.8 Controle de Bens do Ativo Imobilizado.

A Lei nº 6.404/76, mediante seu art. 179, item IV, conceitua como contas a serem classificadas no ativo Imobilizado “os direitos que tenham por objetivo bens destinados á manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial”.

Diante as ferramentas explanadas acima, percebe-se claramente o alto poder informacional fornecido por estas ferramentas como forma de auxílio no gerenciamento de informações primordiais capazes de proporcionar uma gestão de maneira eficiente e eficaz. É através dessas ferramentas que se obtém a informação contábil, que se constitui como um conjunto de informações capazes de auxiliar no processo e aperfeiçoamento de tomada de decisões, permitindo assim, que os gestores possam administrar com técnicas e procedimento vitais para a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, “se temos a contabilidade e a informação contábil, mas não a usamos no processo administrativo, no processo gerencial, então não existe gerenciamento contábil, não existe contabilidade gerencial” (PADOVEZE, 1997, p.28).

Diante do exposto, contabilidade é um grande instrumento de auxílio à gestão, colhendo dados econômicos, sumariando e transformando na forma de relatórios que contribuam para a correta tomada de decisões. Assim, no intuito de alcançar seu objetivo final, que é fornecer informações aos diversos usuários da mesma, se comporta e atua dentro de conceitos de um sistema de informações.

2.2 Sistema de Informação Contábil

Conforme Bio (1985, p. 18), “considera-se um sistema um conjuntos de elementos interdependentes, ou um organizado, ou parte que interagem formando um todo unitário e complexo”.

Para Padoveze (2007, p. 20), podemos dizer que todo sistema é composto de partes, quais sejam, seus subsistemas. O sistema empresa é um sistema mais complexo e sua divisão em subsistemas pode ser enfocada de varias maneiras, quais sejam:

2.2.1 Subsistema Institucional

O sistema Institucional é a matriz dos demais subsistemas da empresa e compreende a definição da missão da empresa e as convicções de seus empreendedores, traduzidos de suas crenças e valores.

2.2.2 Subsistema de Gestão

É no subsistema de gestão que as decisões são tomadas. O subsistema de gestão só pode ser especificado após a definição maior do modelo de gestão. Nele se encontram o processo de gestão e as atividades de planejamento, execução e controle. É intimamente ligado ao subsistema de informação.

2.2.3 Subsistema Formal

Corresponde á estrutura administrativa da empresa, de autoridades e responsabilidades. É o subsistema organizacional, onde as tarefas e atividades são agrupadas em setores, departamentos ou divisões. Conforme Guerreiro o subsistema formal “contempla a forma pela qual a empresa agrupa as suas diversas atividades em departamentos, a definição da amplitude administrativa, o grau de descentralização desejável, a utilização das funções de assessoria, o problema de autoridade e responsabilidade, entre diversos outros aspectos”.

2.2.4 Subsistema Social:

Compreendem os indivíduos que fazem parte do sistema empresa, bem como toda a cultura, características e demais aspectos relacionados às pessoas.

2.2.5 Subsistema de Informação

Compreende todo o conjunto de necessidades informacionais para a gestão empresarial. Dado que o processo de comunicação requisita ininterruptamente um sem-número de informações, o subsistema social em atuação obriga a geração de inúmeros subsistemas de informações específicos, que entendidos estruturalmente, formam o subsistema de informação.

2.2.6 Subsistema Físico-Operacional

Compreende as instalações físicas e equipamentos do sistema empresa. É importante ressaltar que é no sistema físico-operacional que as transações são executadas e os eventos econômicos acontecem. “O subsistema físico corresponde ao ‘hardware’ do sistema empresa”. A estrutura do subsistema físico-operacional está fundamentalmente ligada aos produtos e serviços produzidos pela empresa. É o subsistema físico-operacional que possibilita a maior quantidade de ações para obtenção da eficiência e eficácia empresarial.

É a partir de uma visão sistêmica do funcionamento da própria empresa, em que, para atingir sua missão, ela interage com diversos elementos (do sistema) tanto interna como externamente, que surge o sistema de informação contábil para registrar as suas operações praticadas e apresentar as saídas do sistema – as informações (SILVA, 2010).

No trabalho de Riccio (1989), defini sistema de informação contábil como um veículo formal para o processamento operacional de dados contábeis e para atividades de suporte á decisão.

Segundo Iudícibus (1987), O sistema de informação contábil é visto como uma construção de um arquivo básico de informação contábil, que possa ser utilizado de forma mais flexível por vários tipos de usuários.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1995) “as informações geradas pela contabilidade devem propiciar a seus usuários base segura a suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece”.

2.3 Informação Contábil

“A informação contábil é, entretanto, o produto que se obtém ao término do processo contábil, o qual se inicia com a escrituração dos fatos contábeis, passando pela elaboração dos relatórios contábeis, (demonstrações), em seguida se tem técnica da análise das demonstrações (análise de balanço) e terminando com auditoria dessas demonstrações”. (SILVA, 2010, p. 42)

“Para que as informações contábeis sejam utilizadas no processo de administração é necessário que seja desejável aos responsáveis pela administração da entidade”. (LUNKES; MAGALHÃES, 2000)

Padoveze (2006) corrobora com o pensamento do autor acima citado, no sentido de que “a necessidade da informação é determinada pelos usuários finais dessa informação, por seus consumidores. Assim, a informação deve ser construída para atender a esses consumidores”.

Nesse sentido, as informações contábeis quando dotadas de certas características qualitativas, auxilia no pleno entendimento do usuário sobre o assunto e a forma como a informação é apresentada determina a utilidade da mesma diante os diversos modelos decisórios que cada usuário pode ter.

Assim, as informações contábeis são dotadas de certas características qualitativas da informação contábil-financeira que passaram a ser apresentadas mediante uma nova estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Pronunciamento Conceitual Básico (R1), onde as características qualitativas da informação contábil-financeira são divididas em:

- (a) características qualitativas fundamentais (*fundamental qualitative characteristics* – relevância e representação fidedigna), as mais críticas; e
- (b) características qualitativas de melhoria (*enhancing qualitative characteristics* – comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

Segundo ainda o Pronunciamento Conceitual Básico (R1):

- Relevância: Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.
- Fidedignidade - Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.
- Comparabilidade - é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.
- A verificabilidade - ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, conscientes e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para

ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

- **Tempestividade** - significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.
- **Compreensibilidade** - Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

O objetivo básico da informação contábil é ajudar alguém a tomar decisões. Esse alguém pode ser o presidente de uma empresa, o gestor de produção, o administrador de um hospital ou de uma escola ou um investidor. (HORNGREM; SUNDEM; STRATTON, 2004,)

2.4 Aspectos Legais das Micros e Pequenas Empresas

As MPE constituem a base da sociedade e de nossas economias em tempos de transformação e, portanto devem ser auxiliadas para que compreendam o seu papel junto aos novos desafios que esta nova dinâmica de desenvolvimento social e econômico nós recomenda. (SEBRAE, 2010)

Na década de 1980, com a redução do ritmo de crescimento da economia, resultando em maior nível de desemprego, os pequenos negócios passaram a ser considerados uma alternativa para a ocupação da mão-de-obra excedente, fazendo surgir ao final da década as primeiras iniciativas mais concretas para incentivar a abertura de micro e pequenas empresas na economia, dentre as quais caberia mencionar segundo o (IBGE, 2003):

- a implantação do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei nº 7.256 de 27 de novembro de 1984) e a inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988, que passou a garantir-lhes tratamento diferenciado (Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica);

- a transformação em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa - CEBRAE -, criado em 1972, em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, com funções mais amplas;
- a criação de linhas especiais de crédito no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;
- a Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – A Lei do Simples Federal;
- a Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

A Lei nº 9.317/96 (Simples Federal) e a Lei nº 9.841/99 (Estatuto do Simples Federal) foram substituídas pela Lei complementar de nº 123 de dezembro de 2006 que instituiu o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, denominado de Simples Nacional.

O Simples Nacional disciplina o pagamento unificado dos tributos federal, estadual e municipal, oferece tratamento diferenciado e favorecido através de benefícios que abrangem os seguintes temas:

- Regime Unificado de Arrecadação tributária – SIMPLES NACIONAL;
- Inscrição e Baixa Simplificada;
- Regras Cíveis e Empresariais;
- Fiscalização Orientadora;
- Simplificação das Relações de Trabalho;
- Acesso à Justiça;
- Acesso aos Mercados;
- Apoio e Representação;
- Estímulo à inovação;
- Estímulo ao Crédito e à Capitalização;
- Associativismo.

Uma vez enquadrada no registro público, a micro empresa e empresa de pequeno porte poderão pleitear o enquadramento no SIMPLES NACIONAL, de acordo com as normas instituídas pelo Comitê Gestor. Para obter esse enquadramento, as empresas devem observar as condições de regime especial de arrecadação tributária.

Apesar de já terem sido publicadas mais algumas Leis Complementares (as LCs nºs 127/07, 128/08, 133/09 e 139/11), na sua essência, o Simples Nacional continua em pleno vigor, porém com algumas alterações e ajustes trazidos pelas referidas leis, como, por exemplo, aumentar os tipos de atividades permissivas para ingressar nesse sistema de arrecadação de tributos nacionalmente unificados, aumento da receita bruta do ano calendário.

2.5 Classificação das Micro e Pequenas Empresas

Os critérios de classificação das empresas é uma problemática para os pesquisadores devido à diversidade do porte da empresa e suas condições econômicas e produtivas.

Não existe critério único para definir micro ou pequenas empresas, tanto no Brasil quanto em qualquer país do mundo. (LEMES JÚNIOR; PISA, 2010).

De acordo com Sousa (2009), “No Brasil, existem diferentes classificações – conforme a instituição responsável”.

As pequenas empresas de um modo geral, são definidas como aquelas que, não ocupando uma posição de domínio ou monopólio no mercado, são dirigidas por seus próprios donos que assumem o risco do negócio e não estão vinculadas a outras grandes empresas ou grupos financeiros. (GONÇALVES; KOPROWSKY, 1995).

Para Montaño (1999, p. 13), “a conceituação de MPE requer uma análise de estrutura onde são considerados três aspectos fundamentais”:

- Dimensão: apresenta dimensão reduzida principalmente quanto ao número de membros, nível de produção e comercialização, custos de produção e ponto de equilíbrio etc.;
- Complexidade: por seu reduzido número de empregados e pela intensidade nas relações interpessoais, dentro da MPE o poder é altamente centralizado,

quase não há estratificação e a divisão técnica do trabalho é muito pequena – onde todos fazem tudo;

- **Formalização:** em geral, a MPE não apresenta objetivos e normas explicitamente definidos. A formalização quase não existe. Não planifica sua atividade.

Chiavenato (2008), ainda acrescenta que governo, bancos e entidades de classe utilizam critérios variados para classificar as empresas de acordo com seu tamanho, para efeito de registro, isenções, apoio técnico, obtenção de crédito etc.

Diante ausência de uma classificação unificada é possível evidenciar várias classificações para MPE'S sob várias óticas.

2.5.1 Sob a ótica da Receita Federal do Brasil (RFB)

De acordo art. 3º da LC 139/11, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

Tabela 1 Classificação de MPE pela receita bruta- Receita Federal do Brasil

| Porte empresa | Receita bruta anual (RS) |
|----------------------|---------------------------------|
| Microempresa | Até 360.000,00 |
| Pequena empresa | De 360.000,01 até 3.600.000,00 |

Fonte: Adaptado do sítio da Receita Federal do Brasil, 2012.

Considera-se receita bruta, o produto de venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluída as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Para efeito de enquadramento, serão consideradas as receitas auferidas no ano calendário anterior, exceto no ano de início das atividades.

2.5.2 Sob a ótica do SEBRAE

De acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o conceito de microempresa e empresa de pequeno porte é diversificado e varia de acordo com região, o porte econômico-financeiro, o ramo de negócio e a forma jurídica. O SEBRAE adota critério estabelecido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que classifica as empresas segundo o número de funcionários combinado com o setor de atuação da empresa.

Na Tabela 2, está definido os critérios do porte das empresas, de acordo com o número de funcionários e faturamento bruto anual, utilizados no Brasil.

Tabela 2 Classificação das Empresas segundo o critério do número de funcionários

| PORTE / SETOR | COMÉRCIO E SERVIÇO | INDÚSTRIA e CONSTRUÇÃO CIVIL |
|--------------------------|--------------------|---------------------------------|
| Microempresa | Até 09 | Até 19 |
| Empresa de pequeno porte | De 10 a 49 | De 20 a 99 |

Fonte: SEBRAE (2001)

Todavia, alguns órgãos adotam como critério o número de funcionários na empresa, vale salientar a importância que o usuário adota para caracterizar o porte da empresa.

Rattner (1985) faz uma crítica à utilização do critério de número de funcionários, pois ao se adotar este parâmetro, está assumindo não apenas que este fator é determinante da produtividade e fundamental para o desempenho da empresa, da indústria e da economia como um todo, mas também que possibilita classificar, em uma mesma categoria, as empresas de capital intensivo e as artesanais, de mão-de-obra intensiva.

Utilizando a receita ou faturamento bruto anual como critério do porte e/ou tamanho da empresa, acaba gerando certas distorções, porém, apenas o montante monetário não indica a estrutura empresarial e administrativa fundamentalmente, podendo variar de acordo com o ramo de atividade e atuação da empresa.

O parâmetro mais comum é o número de funcionário, pois, à medida que a empresa aumenta consideravelmente seu quadro de funcionário, sofre uma modificação de estrutura e comportamento (DRUCKER, 1981).

A distribuição enquanto MPE's constituídas em cada região do país, mostra a comparação da distribuição das ME e EPP constituídas em 2009.

A maior concentração entra as ME e EPP concentram-se no eixo Sul-sudeste. A região Nordeste também se destaca com uma significativa participação maior da ME em relação à EPP que equivale a 16% e 13% respectivamente.

O comércio é o setor com maior número empreendimentos, porém as ME e EPP se encontram na mesma proporção. A principal diferença é relativa à participação das EPP na indústria, que é substancialmente maior do que as ME (20% a 12%), essa diferença é compensada no setor de serviços, que é proporcionalmente mais relevante para as microempresas.

Vale salientar que ainda se podem encontrar outras definições de MPEs para fins específicos de incentivos fiscais e culturais, créditos, licitações e outros, por parte dos estados da federação e dos municípios brasileiros.

Segundo a Ercolin (2007, p. 76). Descreve:

Não há unanimidade sobre a delimitação do segmento das micros e pequenas empresas. Observa-se, na prática, uma variedade de critérios para sua definição tanto por parte da legislação específica, como por parte de instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor, ora baseando-se no valor do faturamento ora no número de pessoas ocupadas, ora em ambos. A utilização de conceitos heterogêneos decorre do fato de que a finalidade do objetivo das instituições que promovem seu enquadramento são distintos (regulamentação, créditos e estudos etc).

2.6 Contabilidade Aplicada a MPE'S

Segundo a LC 123/06 que instituiu o Simples Nacional no Brasil estabeleceu que a contabilidade praticada para MPE'S é a simplificada, onde enfatiza em seu artigo:

Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do comitê gestor.

Vale salientar que o termo opcionalmente é no sentido da contabilidade adotar um modelo simplificado e não um modelo complexo de escrituração.

Inclusive segundo o novo Código Civil Brasileiro (CCB) obriga toda empresa a ter um sistema de contabilidade:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Atualmente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emite suas normas e interpretações de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB.

Nesse contexto, em dezembro de 2009, foi emitido o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, de acordo com as normas internacionais. Tal pronunciamento foi normatizado pela Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e sua vigência se iniciou em 1º de janeiro de 2010.

Tais normas são baseadas na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, que aborda os conceitos subjacentes à informação apresentada em demonstrações contábeis para fins gerais.

O objetivo da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL é facilitar a formulação consistente e lógica das normas. Ele também fornece uma base para o uso de julgamento na solução de problemas de contabilidade (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.255/09).

Ainda com relação à Resolução acima citada, O CFC está emitindo em separado esta Norma para aplicação às demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e médio porte (PMEs), conjunto esse composto por sociedades fechadas e sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas. Esta Norma é denominada: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

O item 1.2 da referida seção descreve que pequenas e médias empresas, para fins dessa norma, são empresas que:

Não têm obrigação pública de prestação de contas; e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

No sentido de transmitir ainda mais segurança quanto a sua aplicabilidade de suas normas, o CFC em dezembro de 2012 aprovou a Resolução de nº 1.418/12 da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) ITG 1000 - Modelo Contábil Simplificado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte com o objetivo de orientação da prática contábil. Assim, fica legalmente evidente que a MPE está obrigada a adotar um sistema de contabilidade, cuja maior importância está em prover os usuários da informação contábil.

Esta Interpretação estabelece ainda critérios e procedimentos específicos a serem observados pelas entidades definidas como Pequenas e Médias Empresas em conformidade com a NBC TG 1000, que não estejam obrigadas a sua adoção e que optarem pela adoção de um modelo contábil simplificado.

Para fins desta Interpretação, entende-se como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte” a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei nº 10.406/02, que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar nº 139/11.

Ainda de acordo com Resolução CFC 1.418/12, as MPE'S devem:

- Realizar escrituração contábil com observância aos Princípios de Contabilidade, aprovados pela Resolução CFC nº 750/93, e em conformidade com as disposições contidas nesta Interpretação.
- A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários.
- A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo além das previstas no item 26, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apesar de não serem obrigatórias para as entidades alcançadas por esta Interpretação, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Vale salientar que vários termos foram abordados dentro do novo modelo contábil simplificado que devem ser adotados na contabilidade das MPE'S, demonstrando significados específicos, como: classe de ativos; continuidade; equivalente de caixa; estoques; materialidade; mensuração; modelo de apresentação; notas explicativas (para demonstrações contábeis); perdas por desvalorização

(*impairment*); política contábil; provável; provisão; reconhecimento; regime de competência; valor depreciável; valor residual de ativo; vida útil; escrituração; demonstrações contábeis e plano de contas simplificado.

Diante da explanação acima, fica evidente a importância da contabilidade para MPE'S, segmento que representam 98% da economia mundial, totalmente dependente da informação contábil para a continuidade plena de suas atividades.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa, no que diz respeito à classificação científica, quanto ao fim, é tipificada como descritiva.

Para Gil (1999, apud BEUREN, 2009, p. 81), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil.

Quanto aos meios utilizados para se alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se desenvolveu através de uma pesquisa bibliográfica.

Quanto ao método bibliográfico, este abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, revistas, livros, relatórios de pesquisas etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185). É considerado como a base de todas as pesquisas, e será utilizado para selecionar e interpretar as diversas fontes sobre relacionado ao objetivo proposto.

A pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber. (FACHIN, 2006, p. 19).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo evidenciar o alto poder informacional da contabilidade gerencial como ferramenta de auxílio na tomada de decisões em MPE'S.

A contabilidade gerencial é uma das mais importantes ferramentas de auxílio à tomada de decisões, proporciona um maior número possível de informações que atendem às necessidades dos seus administradores e demais usuários. As micro, pequenas empresas são um dos pilares da economia nacional, pelo número de estabelecimentos, distribuição geográfica e capacidade de gerar empregos, com as atuais mudanças sucedidas na conjuntura da economia, frente à globalização. Com o atual ambiente de mudanças contínuas exigem que as empresas sejam reorganizadas com grande frequência.

A Contabilidade Gerencial pode ser utilizada no processo de tomada de decisão, nesse novo modelo de gestão empresarial, formando um arcabouço de vital importância para a tomada de decisões nas Organizações.

As características das informações da Contabilidade Gerencial incluem “dados históricos e estimados usados pela administração na condução das operações diárias, no orçamento, fluxo de caixa, técnicas de análise de investimento, planejamento tributário, controle de estoque, controles de contas a pagar, controle de contas a receber, controle de bens do ativo imobilizado.

Além disso, as características das informações contábeis, para torná-las mais úteis aos proprietários das pequenas empresas, devem estar pautadas na transparência, relevância, fidedignidade, verificabilidade, tempestividade confiabilidade, compreensibilidade.

Todas estas informações formaram um sistema integrado, portanto considerando a gama de informação contida no sistema de informação eficaz que a contabilidade gerencial proporciona que vai desde a informação simples até as mais complexas, a Contabilidade Gerencial supre os gestores de informações simples, ou seja, fornecer informações a fim de servir como parâmetro para avaliar o desempenho de uma determinada atividade da empresa. O raio de atuação da Contabilidade Gerencial vai desde as situações simples, como também aos casos mais complexos, como o planejamento estratégico em longo prazo.

Deixando bem claro que a contabilidade gerencial vai além de atributos físicos e passa a ser uma ferramenta de informação diária, convicida e indispensável na empresa.

Abrindo um grande espaço para estudos futuros sobre a contabilidade gerencial e os seus sistemas de informações para micro e pequenas empresas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. *Capital Intelectual*. São Paulo. Atlas, 2000.
- BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistemas de informação: Um Enfoque Gerencial*. São Paulo: Atlas, 1985.
- BRASIL. *Resolução nº. 1098/07 do Conselho Federal de Contabilidade*. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc1098_2007.htm>. Acesso em 10 de out 2013.
- CABRINO, Thiago. *As 7 Tendências de Marketing*. Agosto 2002. Disponível em: <<http://www.portaldomarketing.com.br>>. Acesso em 10 de out 2013.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade gerencial, teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- EXAME, Revista. *Pequenas e médias empresas*. Janeiro de 2011, p. 49.
- FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRÖNROSS, Christian. *Marketing: Gerenciamento e Serviços. A competição por service nahora da verdade*. Tradução Cristina Bazán. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. *Contabilidade Gerencial*. 12 ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. *Teoria da contabilidade*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- KAPLAN, Daniel & RIESER, Carl. *Qualidade Total na Prestação de Serviço: Como Aprimorar as Práticas Gerenciais Adotando a Melhoria Contínua*. Tradução: Carmen Youssef. São Paulo: Nobel, 1996. Original inglês.
- LUNKES, Irtes Cristina; MAGALHÃES, Antonio de Deus F. *Sistemas Contábeis*. São Paulo, Atlas, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARION, J. C. *Contabilidade Básica*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____, J.C. *Contabilidade empresarial*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIOTTO, Neivandra; LOECKYI, Jéferson. *A importância da contabilidade gerencial na tomada de decisão nas empresas*. UNICENTRO - Revista eletrônica *Lato Sensu*. 5. ed. 2008, p. 4 - 6.

MONTAÑO, Carlos E. *Micro Empresa na Era da Globalização*. São Paulo: Cortez, 1999.

PADOVEZE, Clovis Luis. *Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

_____, Clóvis Luís. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análises*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____, Clóvis Luiz. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análises*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007

RATTNER, H. (1985). *Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência*. São Paulo, Braziliense

RICCIO, Edson Luiz. *Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1989.

SÁ, Antonio Lopes de e SÁ, Ana M. Lopes de. *Dicionário de Contabilidade*. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

SEBRAE, Revista - Nº 11 - *Pequenas Empresas: Quem apóia essa ideia?* Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Novembro/Dezembro de 2003 - ISSN 1676-9589.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em 14 de Nov 2013.

SILVA, Manoel Soares da. *Utilidade da informação contábil para tomada de decisões: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa*/Manoel Soares da Silva – João Pessoa, 2010.

SOUZA, José Meireles de. *Gestão: técnicas e estratégias no contexto brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

SITES PESQUISADOS

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm> acesso em 05/10/2013.

<http://www.cienciascontabeis.com.br/como-surgiu-contabilidade.html> acesso em 25/11/2013

<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas> acesso em 02/10/2013.